



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública  
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

**RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA  
CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR SOBRE A ESTABILIDADE, A  
COORDENAÇÃO E A GOVERNAÇÃO ECONÓMICA NA UNIÃO  
EUROPEIA (ARTIGO 13.º DO TECG)**

**Bruxelas, 17 e 18 de fevereiro de 2025**

Delegação (composição):

- Deputado Alberto Fonseca (PSD) - Chefe da delegação e membro da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública
- Deputado António Mendonça Mendes (PS) - membro da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública
- Deputado André Abrantes Amaral (IL) – membro da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública
- Deputado Ricardo Araújo (PSD) – membro da Comissão de Assuntos Europeus
- Deputada Ana Sofia Antunes (PS) - membro da Comissão de Assuntos Europeus
- Deputada Sónia Ramos (PSD) – membro da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão
- Deputado Fernando José (PS) - membro da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

A assessoria foi prestada por Jorge Gasalho, Assessor da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, e Bruno Dias Pinheiro, Representante da AR junto das instituições da UE.

Da agenda da Conferência constavam os seguintes pontos:

- **Sessão de Abertura: Prioridades da UE para promover o crescimento, competitividade e estabilidade**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública  
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

**Roberta Metsola**, Presidente do Parlamento Europeu, iniciou a sessão dando as boas-vindas a todos os participantes, começando por salientar que os europeus desejavam respostas e resultados para os seus problemas, nomeadamente o custo de vida, emprego ou segurança, apelando à sua concretização. Referiu a alteração da política norte-americana e as consequências mundiais da mesma, assim como a resiliência do mercado único da União Europeia (UE), fazendo menção à potencial complexidade da legislação europeia e ao elevado número de atos legislativos europeus em comparação com o homólogo americano, o que poderia ter como efeito o afastamento dos agentes económicos, pedindo melhores regras ao invés de mais regras. Afirmou que iria ser aprovado um pacote de redução da burocracia para aumentar a competitividade, tendo destacado, em paralelo, o carácter fragmentado do mercado bancário como um fator que poderia atrasar a UE, enquanto destacou a importância da aproximação dos seus vizinhos e de potenciais alargamentos, ressaltando, todavia, que aquela tinha perdido mais membros do que os que integrara, na última década. Em conclusão, declarou que as pessoas queriam diálogos de compromisso, pois através do diálogo e cooperação seria possível alcançar as metas às quais a UE se propunha.

Tomou a palavra **Szymon Hołownia**, Presidente do *Sejm* da República da Polónia, que se manifestou satisfeito com o conteúdo do debate enquanto interveniente político, sublinhando os desafios que a Europa enfrentava a nível de competitividade em áreas como a eletricidade, tecnologia e inteligência artificial, bem como a questão da burocracia e exigência documental, fator que afastava as empresas da Europa para outros blocos. Defendeu que a esperança é mais importante do que o medo, pedindo investimento europeu na Europa, tal como Mario Draghi pedira no seu relatório, incluindo na área da defesa, de maneira a não canalizar investimentos para orçamentos exteriores, tendo também referido a questão do preço da energia e solicitado investimentos nesta área, central para o desenvolvimento subsequente. Defendeu que não devem ser outros intervenientes políticos, externos à Europa, como a Rússia, a ditar as suas opções, incluindo na NATO, pelo que seria melhor lidar de imediato com a crise europeia na Ucrânia, afirmando-se como pronto a cooperar para uma Europa mais abrangente e ativa, ao invés de reativa, apelando à confiança nas ações do povo europeu.

Por fim, usou da palavra **Małgorzata Kidawa-Błońska**, que começou por discursar sobre a defesa e segurança da Europa, às quais seria indispensável uma economia



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública  
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

resiliente e competitiva. Defendeu que era preciso atuar de forma solidária, mencionando o mercado único como a força motriz da Europa, representando 30% das exportações mundiais, sendo o modelo mais integrado do mundo, constituindo também um interveniente relevante para a paz do mundo, paz esta, reforçou, que só poderia ser garantida com capacidade dissuasora frente a outras potências internacionais. Refletiu sobre a guerra na Europa, indústria de defesa e capacidade de inovar na UE, fazendo referência à necessidade de investimentos no setor, no contexto dos valores europeus, da democracia e do Estado de Direito. Destacou igualmente a transição digital, a capacidade para cuidar dos seus cidadãos e o cultivo da liberdade, princípios orientadores da UE, que deveria ter na sua base a unidade, perante uma tempestade geopolítica a nível internacional, e isso só seria possível criando um ambiente em que as empresas europeias pudessem criar bens e serviços melhores e mais inovadores do que os seus concorrentes internacionais. Defendeu que era necessário investir em defesa e sustentabilidade, sendo estes dois vetores complementares e prioridades da atual Presidência, para um futuro seguro para o bloco europeu.

#### - COMISSÃO DOS ASSUNTOS ECONÓMICOS E MONETÁRIOS (ECON)

**Aurore Lalucq**, Presidente da Comissão ECON do Parlamento Europeu, **Maria Małgorzata Janyska**, membro da Comissão de Desenvolvimento Económico do *Sejm* da República da Polónia, e **Waldemar Pawlak**, Presidente da Comissão da Economia Nacional e Inovação do Senado da República da Polónia, copresidiram as duas sessões de debate.

#### **Sessão I: O futuro da união bancária e da união dos mercados de capitais**

**Aurore Lalucq** deu as boas-vindas a todos os membros parlamentares, fazendo um excuro sobre os temas que seriam abordados, designadamente a fragmentação dos mercados europeus e a forma de como se poderia financiar a economia europeia, dando de imediato a palavra a **Waldemar Pawlak**, que sublinhou a temática da criação de um ecossistema eficaz no âmbito do sistema económico e bancário da UE, a regulamentação direta e uniforme de ambos e, em paralelo, o regresso ao protecionismo entre grandes potências. De seguida, **Maria Małgorzata Janyska** agradeceu a presença de todos os membros presentes e os contributos que seriam apresentados no âmbito da matéria em discussão.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública  
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

De seguida, interveio a primeira oradora, **Julia Symon**, Chefe de Investigação e Defesa no *Finance Watch*, que criticou comparações simplistas com os Estados Unidos da América (EUA), devido a fatores históricos e riscos diferenciados entre os blocos, dando destaque à necessidade de harmonização das normas da UE na regulação bancária, implementação do mercado comum, mobilização dos consumidores e criação de um ambiente apelativo ao investimento. Pediu um quadro financeiro adequado para promover um investimento informado, a implementação de um sistema único de depósitos, a finalização do quadro de recuperação e resiliência, a garantia de aplicação dos Acordo de Basileia 3 e os tratados atinentes à transição ecológica. Em finalização, defendeu que a securitização não iria facilitar as pequenas e médias empresas a larga escala e a revisão da arquitetura do investimento público da UE.

Ato contínuo, o orador seguinte, **Édouard Fernandez Bollo**, Ex-membro do Conselho de Supervisão do Banco Central Europeu, mencionou o risco de estagnação da UE e a falta de consenso político no tocante à sua rede de segurança em matéria de depósitos e gestão de crises, estando as posições pouco flexíveis, o que dificultaria a utilização dos fundos de garantia. Defendeu a europeização das cláusulas e a resolução, a nível europeu, dos riscos existentes e potenciais. Referiu duas áreas de desbloqueio e avanço: a primeira, atinente à uniformização dos mecanismos de controlo e supervisão, e a segunda, referente aos produtos financeiros e aos seus efeitos de escala, apelando à vontade política e ideias de inovação, ressaltando a relevância da primeira para a exequibilidade das medidas tendentes à União Bancária.

**Anastasia Kotovskaia**, Chefe do Departamento de Mercados Financeiros e Tecnologia da Informação, Centro de Política Europeia e terceira oradora do painel, falou sobre a competitividade da UE e a fragmentação dos seus mercados, o que cerceava o crescimento, nomeadamente no seu futuro digital e ecológico, assim como a complexidade da legislação económica, apontada como uma dificuldade sentida pelas pequenas e médias empresas. Pediu a criação de uma plataforma eletrónica de comunicação digital única, uma calculadora para verificar a pegada ecológica de cada empresa e um regime uniformizado de isenções para pequenas e médias empresas, apelando ainda a uma concorrência regulamentada (e não uma centralização rígida) no âmbito da supervisão da ESMA (*European Securities and Markets Authority*), entidade reguladora e supervisora dos mercados financeiros da UE, para uma melhor gestão a nível local e uma melhor integração a nível europeu. A consolidação transfronteiriça foi



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública  
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

apontada como relevante nesta matéria, aumentando a interconexão bancária e diminuindo as diferenças nas garantias de depósitos. Por fim, a oradora defendeu ainda a inserção de literacia financeira nas estruturas curriculares.

Durante o período de debate, discutiu-se a matéria do reforço do apoio à inovação, competitividade, convergência e transição digital, sendo citado o relatório de Mario Draghi por diversas ocasiões, também se debatendo a contínua procura pelo desenvolvimento do mercado único e eventuais resistências ao mesmo. Foi também referida a fuga de poupanças europeias para o exterior, o que se devia evitar, os modelos de simplificação no âmbito do mercado de capitais e união bancária e a diversidade de financiamento da UE relativamente a outros blocos. Ademais, o debate incidiu sobre a situação geopolítica existente, com as consequências subjacentes ao tema em discussão e os riscos dos investidores neste contexto.

Em resposta às perguntas apresentadas, **Julia Symon** concordou com a necessidade de simplificação das regras europeias, manifestando-se a favor da concorrência e da diversidade dos modelos bancários, dando primazia à supervisão, mas sem excluir medidas mais difíceis. Sobre a fuga de poupanças para o estrangeiro, a oradora defendeu que dever-se-ia atuar na oferta para que as empresas tivessem oportunidade de crescer, pedindo vontade política em decidir.

**Édouard Fernandez Bollo** afirmou que era necessário melhorar a eficiência sem diminuir os critérios de segurança, devendo ser substituído o modelo com 27 conjuntos de normas por um único, uniformizado, sendo preciso um acordo neste sentido, para obter um efeito de alavanca mais forte.

Por fim, **Anastasia Kotovskaia** defendeu a adoção de uma abordagem sustentada para a resolução dos problemas, afirmando que, do lado da oferta, os cidadãos não deviam ser forçados a investir em projetos concretos, sendo necessário criar um ambiente regulador adequado para o efeito, apelando a um debate comum entre as reguladoras. Declarou que a simplificação devia ser promovida, mas que esta dependia dos riscos de cada temática em particular, não podendo atuar em todas as áreas.

Em finalização, a presidência da mesa destacou a garantia da segurança da união de mercados e a sua uniformização, como forma de aumentar a resiliência e combater



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública  
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

potenciais crises, assim como a vontade política inerente às respetivas tomadas de decisão.

## **Sessão II: Criando um ecossistema para investimentos europeus**

Principiando a segunda sessão, **Hélène Bussières**, Chefe da Unidade de Gestão de Ativos, da DG FISMA, Comissão Europeia, defendeu que a UE carecia de um maior investimento para aumentar a sua produtividade, dois elementos essenciais para a sua competitividade. Afirmou que a UE teria uma rede muito densa de empresas para reforçar o ecossistema para investimento europeu, estando a Comissão Europeia a tomar medidas nesse sentido, como a Bússola da Competitividade, destacando a relevância do mercado único e dos investidores. Considerou imperativa a união de poupanças e investimentos, como Mario Draghi afirmara, referindo a questão da improdutividade de muitas poupanças e apelando à sua melhor utilização, para que os depositantes pudessem obter retorno a partir das mesmas, aliada à orientação a fornecer aos intervenientes económicos para que estes decidissem de maneira informada. Por fim, destacou o papel das autoridades públicas no desenvolvimento deste ecossistema, nomeadamente para a melhor utilização do dinheiro público, asseverando que o futuro da UE dependia da sua capacidade para alavancar o potencial dos seus talentos.

De seguida, **Roxana de Carvalho**, Chefe do Departamento de Governança e Assuntos Externos da ESMA, afirmou que o investimento seria o motor do desenvolvimento e criação de empregos na UE, declarando que a função da ESMA era salvaguardar a posição do investidor, garantir a estabilidade financeira e promover mercados financeiros. Deste modo, entrando na temática, afirmou que estes mercados estavam muito fragmentados no bloco europeu, não tendo os seus cidadãos capitalizado com as suas poupanças, optando por produtos financeiros de baixo risco, o que merecia preocupação. Defendeu a existência de informação abrangente sobre produtos financeiros e um sistema de aconselhamento independente para que os intervenientes pudessem investir de maneira informada, reforçando-se a literacia financeira desde cedo. Asseverou que o desmantelamento de barreiras era necessário entre todos os Estados-Membros, pois este permitiria a abertura a um conjunto maior de possibilidades de investimento às empresas. Por fim, referiu a importância de um quadro de supervisão mais ágil, para garantir a confiança no mercado.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública  
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

Foi discutido o comportamento do investimento em blocos como a UE, Estados Unidos da América e China, apontando-se a sua diminuição na primeira e a necessidade potenciais medidas para o efeito, referindo-se ainda o capital humano, parcerias estratégicas com os investidores, um quadro simplificado para as empresas e a uniformização da regulação bancária, como forma de garantir a competitividade entre os investidores. Debateu-se o equilíbrio na fiscalidade, remoção de barreiras entre os Estados-Membros, o aumento da literacia financeira e a alteração do orçamento comunitário para reagir aos desafios atuais, como as alterações climáticas ou a transição digital. Foi mencionada a questão particular do investimento na defesa, nomeadamente através de um eventual fundo europeu para tal, e eficiência dos investimentos em setores energéticos renováveis.

Devolvida a palavra a **Hélène Bussières**, a oradora informou que a Comissão Europeia estava a tomar medidas tendentes a aumentar as possibilidades de investimento das empresas na UE, nomeadamente na inovação e defesa. No tocante à simplificação dos procedimentos, considerou que esta seria viável, mas que tal implicaria uma nova regulação, havendo pontos de vista diferentes, argumentando que o atual quadro era seguro e estável, sendo necessário encontrar um equilíbrio. Referiu a prioridade em remover barreiras entre os Estados-Membros, para assegurar uma livre circulação de capitais, mais elogiando o Programa *InvestEU*.

Em finalização, **Roxana de Carvalho** afirmou que todas as questões levantadas apelavam a um modo de agir conjunto, reforçando o papel da ESMA e garantindo a existência de melhores produtos para que os investidores tivessem uma melhor base de investimentos. Para tal, defendeu uma regulação estável e, em caso de desregulação, sugeriu que se estudassem quais as áreas que careceriam dessa ação. Saliou um melhor acesso a financiamentos e a remoção de barreiras, pedindo uma partilha de experiências entre os Estados-Membros.

Concluindo a reunião, a Presidência evidenciou a relevância do investimento privado, nomeadamente das pequenas e médias empresas, ressaltando o risco destes investidores e a situação geopolítica, sendo citado o relatório Draghi de forma agregada para a tomada de medidas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública  
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

## - COMISSÃO DOS ORÇAMENTOS (BUDG)

**Johan Van Overtveldt**, Presidente da Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu, e **Krystyna Skowrońska**, Vice-Presidente da Comissão das Finanças Públicas do Sejm da República da Polónia, copresidiram a Sessão I desta Comissão, cabendo a Sessão II a **Rafał Kasprzyk**, Vice-Presidente da Comissão das Finanças Públicas do Sejm da República da Polónia, e **Kazimierz Kleina**, Presidente da Comissão do Orçamento e das Finanças Públicas do Senado da República da Polónia.

### **SESSÃO I: Colmatar o défice de competitividade: como aumentar as sinergias entre os orçamentos nacionais e o Quadro Financeiro Plurianual pós-2027**

**Johan Van Overtveldt** explicitou os termos em que os trabalhos da comissão iriam ocorrer e os seus intervenientes, tendo **Krystyna Skowrońska** indagado a questão da proteção de mercados europeus, como estruturar o orçamento da UE, as migrações e como simplificar o Código Aduaneiro. Adicionalmente, **Kazimierz Kleina** sublinhou as medidas da redução do fosso de competitividade, os planos nacionais estratégicos e a adequação do orçamento da UE aos seus desafios.

**Piotr Serafin**, Comissário Europeu para o Orçamento, a Luta Antifraude e a Administração Pública, orador principal do presente painel, defendeu que as prioridades políticas para a UE deveriam ter reflexo no seu orçamento, designadamente a nível geopolítico, devendo as necessidades com a defesa ser decididas o quanto antes, sem esperar pelo próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP). Mencionou o fosso de competitividade da UE, considerando que era necessário atuar na regulação e no desbloqueio de financiamento privado, referindo também o risco do reembolso atinente ao *NextGenerationUE*. Fez uma reflexão sobre o próximo QFP, enfocando a coesão, inovação e a integração entre os Estados-Membros, bem como a importância das pequenas e médias empresas, fazendo ainda um excuro sobre as despesas públicas da UE, especialmente em matéria de investigação.

Na discussão que se seguiu, falou-se sobre o contributo e a coordenação dos parlamentos nacionais na transparência e escrutínio, da segurança e competitividade como prioridades em termos orçamentais, mas também de outras áreas mais tradicionais, como a coesão, agricultura e inovação. Para o financiamento, discutiram-se os novos recursos da UE e a flexibilização das regras orçamentais, sendo colocado



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública  
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

o acento tónico no capital privado e o combate aos défices excessivos. A bússola de Competitividade e o Pacto Ecológico Europeu também foram citados, bem como os novos recursos próprios da UE, alertando-se para que estes não onerassem as gerações vindouras. No centro do debate, o financiamento do bloco europeu foi muito destacado, com particular enfoque na oportunidade de coordenação entre os Estados-Membros que o QFP poderia trazer, sendo destacada a questão da despesa na defesa, frente ao conflito na Ucrânia e no médio-orientente.

Em resposta, **Piotr Serafin** colocou a hipótese de escassez de recursos, sendo essencial a sua captação, em especial quanto ao financiamento da defesa, referindo a questão da responsabilização no caso de não haver reformas empreendidas. Insistiu que não se deveria esperar por 2028 para tomar decisões a este nível, mas que o próximo orçamento não deveria ser centrado somente na defesa, descurando dos demais setores. Afirmou que a Comissão pretendia apostar no desempenho, mais declarando que iria visitar pelos vários territórios da Europa para averiguar a execução dos Planos de Recuperação e Resiliência, dando-se a sessão por concluída.

### **Sessão II: Bens Públicos Europeus: como identificá-los e financiá-los?**

**Rafał Kasprzyk** começou por enunciar a importância do tema nos dias de hoje, especialmente à luz do confronto no leste da Europa, aguardando um debate enriquecedor. **Kazimierz Kleina** defendeu que o próximo orçamento da UE deveria ser centrado nos desafios comuns da UE, devendo encontrar-se o conceito de bens públicos através de critérios como as economias de escala, aspetos globais ou preferências em matéria de acesso. Falou das mais-valias europeias e dos bens líquidos europeus, defendendo que existiam matérias governamentais que deveriam passar para o âmbito europeu. Por fim, **Giuseppe Lupo**, Eurodeputado por Itália, considerou que a definição de bens públicos europeus era só uma parte do desafio, apontando o financiamento como outro elemento a ter em conta, sendo o QFP particularmente relevante neste aspeto.

**Armin Steinbach**, Professor de Direito e Economia Jean Monnet na HEC de Paris, orador principal da sessão, asseverou que o relatório Draghi falava em bens públicos europeus, mas não apresentava uma definição dos mesmos, considerando que se devia distinguir aquilo que deveria ser feito ao nível da UE e ao nível dos Estados-Membros. Explanou os critérios que permitiam identificar os bens públicos europeus: economia de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública  
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

escala, externalidade e homogeneidade na preferência; estando concretizadas estas características, tal poderia justificar a intervenção de Bruxelas. Concretizou o que era o bem público europeu em si; por exemplo, sê-lo-ia a segurança alimentar, mas não propriamente o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum, fazendo um excuro sobre as maiorias necessárias consoante a sensibilidade das matérias (para um contrato público em sede de defesa, poderia bastar maioria qualificada, mas para a criação de um exército europeu, deveria exigir-se unanimidade). Explanou também o princípio da subsidiariedade para a densificação do conceito e a forma de execução na prestação destes bens, concluindo sobre o seu financiamento, nomeadamente através do *NextGenerationEU* e um eventual fundo para a defesa.

Na discussão que se seguiu, foram abordados temas como a inserção dos bens públicos no contexto do QFP, os contratos públicos a dar-lhe execução e a defesa comum como uma prioridade neste âmbito. O mercado único europeu também foi referido como um dos bens públicos europeus mais relevantes, essencial para a competitividade, discutindo-se também a rede pública de transportes, a eventualidade da não aplicação das regras orçamentais no investimento da defesa e a necessidade de promover mais semelhanças na preferência dos bens públicos, para garantir a sua homogeneidade. Por fim, também foi indagada a energia como um potencial bem público europeu.

Em resposta, **Armin Steinbach** destacou a necessidade imperiosa de os bens públicos europeus estarem no próximo QFP, apelando para o abandono da perspectiva do retorno justo eventualmente adotada pelos Estados-Membros relativamente aos fundos europeus atribuídos. Defendeu muita cautela nos contratos referentes à aquisição de equipamento para a defesa e alertou para as desvantagens das discrepâncias entre os Estados-Membros na prestação de bens públicos. Por fim, considerou a energia um bem público europeu universal, refletindo sobre a melhor forma de investir neste setor e a possibilidade de a Comissão Europeia subvencionar as energias renováveis, dando a Presidência por concluída a reunião, elogiando o debate decorrido.

#### - COMISSÃO DO EMPREGO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS (EMPL)

**Li Andersson**, Presidente da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu, **Agnieszka Pomaska**, Presidente da Comissão dos Assuntos da União Europeia do *Sejm* da República da Polónia, **Marek Krzakała**, Vice-Presidente da Comissão dos Assuntos da União Europeia do *Sejm* da República da Polónia, e **Tomasz**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública  
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

**Grodzki**, Presidente da Comissão dos Assuntos da União Europeia do Senado da República da Polónia, copresidiram as sessões inframencionadas.

### **SESSÃO I: A IA e o mercado de trabalho, com destaque para a alteração das condições de trabalho**

**Li Andersson** começou por enfatizar a aplicação da gestão algorítmica e a sua expansão aos vários setores, com respeito aos direitos dos trabalhadores, e o papel dos parceiros sociais nesta matéria. Por sua vez, **Agnieszka Pomaska** destacou os potenciais impactos da IA no mercado de trabalho e o espaço de adaptação existente. **Tomasz Grodzki** densificou as consequências deste fenómeno para as condições laborais, nomeadamente em matéria de produtividade e eficiência, mas também a eventual perda de emprego e dados pessoais, sublinhando a natureza da IA como uma ferramenta.

**Maarten Goos**, da Faculdade de Direito, Economia e Governação, Faculdade de Economia da Universidade de Utrecht, fez referências os desafios da IA e dos impactos da mesma para o emprego do futuro, mostrando dados relativos à tendência de aumento ou diminuição de postos de trabalho com a aplicação desta ferramenta por sector (nomeadamente nas finanças e seguros e *manufacturing*). Defendeu a maximização dos postos de trabalho por via da utilização da IA, de maneira a absorver os trabalhadores que tenham perdido o seu emprego com a autonomização, em simultâneo com o aumento da produtividade, através da formação dos trabalhadores em IA. Mencionou o diálogo social como um mecanismo para a adoção da IA.

**Roxana Mînzatu** Vice-Presidente Executiva para os Direitos Sociais e Competências, Emprego de Qualidade e Preparação, falou sobre o investimento da UE em IA, questionando como poderiam os cidadãos europeus moldar a sua utilização. Referiu a gestão algorítmica em matéria laboral e o direito à IA, a articulação desta ferramenta com o princípio da transparência e com o Regulamento Geral da Proteção de Dados e os diplomas europeus sobre a temática, salientando a forma de execução da legislação existente. Por fim, referiu a importância de manter os humanos do controlo (ao invés dos algoritmos), as competências dos trabalhadores na IA e a sua relação com a digitalização.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública  
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

**Alberto Mayoral de Lamo**, Membro da Comissão do Trabalho, da Economia Social, da Inclusão, da Segurança Social e das Migrações, Parlamento espanhol, referiu a importância do equilíbrio da produtividade com a igualdade, devendo os governos gerir a transição sem deixar ninguém para trás, introduzindo a temática em apreço à própria inteligência artificial (nomeadamente ao *chatGPT*). Sublinhou que a tecnologia devia estar ao serviço das pessoas e não o contrário, devendo a automatização não significar disponibilidade permanente e permitir o direito a desligar. Relevou a literacia em IA e alertou para a existência de oligopólios na prestação de IA e até dos direitos das mulheres neste contexto, mencionando a ideia de um crescimento de todos e para todos.

Principiando o debate, foram abordados temas como as consequências sociais da IA, as potencialidades deste instrumento e a cibersegurança ligada com mesmo. Os riscos concretos da IA foram destacados, como a desigualdade que pode vir a verificar-se entre os trabalhadores, na medida em que nem todos podem ter acesso à formação necessária para a sua utilização ou aceder aos novos empregos que a IA pode vir a potenciar, devendo ser criadas redes de segurança para trabalhadores que não tivessem acesso à mesma, sem prejuízo das suas vantagens em jornadas de trabalho, horários e crescimento económico. Também foi explorada a necessidade de regulação da IA, sob pena de esta afetar os direitos dos trabalhadores e a própria dignidade humana, devendo ser entendida como como uma ferramenta de emancipação, apelando-se para o seu desenvolvimento ético e coerente.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública  
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

No decorrer da discussão, o **Senhor Deputado Frenando José (PS)** referiu que, em Portugal, a Agenda para o Trabalho Digno já dera uma resposta a alguns desafios sobre o futuro do trabalho. No âmbito da IA, no que toca à contratação coletiva e organização do horário de trabalho, defendeu a existência de um novo enquadramento, bem como a redução da carga horária e uma melhor articulação entre a vida pessoal e familiar, aliada a uma maior inspeção pelas entidades de supervisão do trabalho. Mencionou ainda o direito a desligar e a formação dos trabalhadores, alertando para a onda de despedimentos coletivos que a IA poderia vir a trazer, devendo estudar-se abordagens para a integração dos mesmos no mercado de trabalho.

Findo o período de debate, **Roxana Mînzatu** afirmou que a IA seria uma ferramenta que se devia controlar, mencionado a ética nesse controlo, pedindo uma abordagem agregada e conjunta na sua regulação, constituindo tal um legado para as novas gerações. Refletindo acerca da diretiva sobre a saúde e condições de trabalho, asseverou que os europeus consideravam a IA como positiva, referindo ainda a gestão algorítmica na contratação e despedimento de trabalhadores. Por fim, referiu o apoio de toda a população na transição digital.

**Alberto Mayoral de Lamo** falou sobre a perspetiva humanista na IA, devendo colocar-se a máquina ao serviço do homem. Referiu o diálogo social e a sua importância para o futuro da Europa, manifestando-se positivo sobre o debate em curso.

**Maarten Goos** propôs que se abordasse a regulação da IA numa perspetiva coletiva e de diálogo social, especialmente no âmbito do horário e da organização do trabalho, ressaltando a relevância da disponibilidade *online*. Defendeu que se tirasse partido das instituições existentes, permitindo a criação de postos de trabalho de qualidade e o aumento da produtividade.

Encerrando o debate, a presidência concluiu no sentido de que o algoritmo deveria servir para auxiliar os humanos nas suas tarefas e não o contrário, sem que tal afetasse a produtividade, aguardando iniciativas neste campo por parte da Comissão Europeia, visando um objetivo de maior competitividade do bloco europeu.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública  
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

## **SESSÃO II: O papel das políticas sociais e de emprego no quadro revisto de governação económica da UE**

**Tomasz Grodzki** afirmou que o quadro revisto de governação económica da UE visava o crescimento do emprego, o investimento, a justiça social e a estabilidade macroeconómica, destacando o quadro de convergência social. **Marek Krzakala** salientou o esforço empreendido na revisão da governação económica da UE, incluindo medidas de cariz social, ficando a aguardar as intervenções no debate. **Li Andersson** referiu o reforço da dimensão social da governação económica, de maneira a aplicar os princípios subjacentes ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais, indagando a possibilidade de um aumento do investimento na área social e do emprego à luz do quadro revisto da governação económica da UE.

**Mario Nava**, Diretor-Geral, DG Emprego e Assuntos Sociais, declarou que o objetivo do novo quadro de governação económica seria promover o crescimento através de reformas e investimentos, ajudando a UE a preparar-se para o futuro através de uma abordagem integrada e não compartimentada. Referiu as fases de ajustamento a aplicar aos Estados-Membros e nas medidas ligadas ao aumento das competências, aprendizagem ao longo da vida, combate à pobreza, cuidados de saúde e habitação. No entanto, considerou a modalidade de consulta aos parceiros sociais ainda deficitária, apelando à mesma, e destacou a institucionalização da convergência social.

**Hele Everaus**, Membro da Comissão dos Assuntos Sociais do *Riigikogu*, falou das análises sociais dos países relativamente à convergência social, em áreas tão diversas como a educação, saúde e inclusão de pessoas com deficiência, destacando a situação da Estónia. Referiu a diminuição de desigualdades e a participação no mercado de trabalho e o combate à exclusão social, assegurando que a era de elevada importância manter o diálogo social e a análise da metodologia da convergência.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública  
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

A **Senhora Deputada Sónia Ramos (PSD)**, oradora principal do painel, salientou a importância das políticas sociais e de emprego à luz do novo quadro de governação económica da UE e contextualizando-a no âmbito da coesão territorial, poder local e áreas com menor densidade populacional, mencionando a desigualdade entre os cidadãos como uma consequência da geografia. Defendeu o aprofundamento dos direitos e deveres dos cidadãos europeus à luz da atual situação geopolítica, sem extremismos, assegurando que o quadro revisto ofereceria uma abordagem mais intensa na proteção social, alertando, porém, para o risco de discrepância entre os Estados-Membros neste âmbito, podendo criar disparidades numa UE que se pretendia unida, especialmente nas políticas sociais. Afirmou que Portugal continuava a alargar o debate entre trabalhadores, entidades patronais e sindicatos, permitindo ao Governo negociar com todos e incluir objetivos comuns, informando de que fora assinado um acordo tripartido entre o Executivo e as confederações sindicais e patronais com o escopo de aumentar o salário médio. Fez menção aos princípios que nortearam o citado acordo, comuns ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais, como sucede com a igualdade no acesso a um mercado de trabalho justo e sustentável, direito à educação e formação ao longo da vida, a igualdade de entre homens e mulheres, a promoção de condições de trabalho justas e o equilíbrio entre a vida profissional e familiar e a redução da pobreza social. Defendeu a tomada de medidas relativamente ao envelhecimento populacional e à fixação de jovens nas regiões de baixa densidade populacional e concluiu pelo investimento no domínio social e emprego e o maior envolvimento de todas as instituições europeias para serem alcançadas políticas públicas dirigidas às pessoas, convidando todos os presentes a visitar Évora, na qualidade de capital europeia da cultura.

Fechando as intervenções iniciais, **Bart Vanhercke**, Diretor do Departamento de Investigação, Instituto Sindical Europeu, asseverou que as políticas sociais continuavam a ser abordadas no seio dos Estados-Membros, falando dos trabalhadores europeus que ainda eram assolados pela pobreza, com base no relatório conjunto sobre o emprego. Falou de uma «deriva cultural», considerando que a UE não tinha tido a melhor abordagem em políticas de cariz social, havendo agora uma janela de oportunidade no sentido de melhorar, referindo que os Estados-membros tinham umais



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública  
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

capacidade nesta senda do que a Comissão Europeia, à exceção do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Ao concluir, referiu que os intervenientes sociais não tinham tido participação nos planos estruturais orçamentais, já se estando a refletir, todavia sobre a sua inclusão no âmbito do Semestre Europeu.

Aberto o debate, discutiram-se as temáticas relacionadas com o desemprego e as políticas de emprego, o desenvolvimento de uma economia robusta baseada em índices sociais (para além dos económicos). Foi também debatida a questão do financiamento das políticas sociais, sem o qual estas seriam meras intenções, apelando-se a uma UE que não receasse a construção de modelos ambiciosos. Adicionalmente, foi destacada a importância de regras mais claras, diálogo social, recursos próprios fortes e uma abordagem equilibrada entre a necessidade de segurança e prestações sociais.

Durante o debate, a **Senhora Deputada Ana Sofia Antunes (PS)** reconheceu que os tempos atuais eram desafiantes, atendendo ao contexto geopolítico atual e às problemáticas financeiras, económicas e relacionadas com a transição ecológica, sendo necessário apostar na competitividade, aumento da segurança, autonomia e resiliência económica. Defendeu que a revisão do quadro de governação económica prestes a entrar em vigor teria de contemplar as políticas sociais e de emprego, porquanto estas não eram um mero apêndice ou anexo, chegando-se ao momento em que deveriam ser encaradas a par com as políticas económicas, não sendo secundárias. Se assim não for, entendeu que a falta de políticas sociais impediria a UE de seguir em frente, deixando duas questões para reflexão, nomeadamente saber em que medida é que o novo quadro de governação económica consegue conciliar a disciplina orçamental com a prestação de políticas sociais e de que maneira é que o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, sendo um desafio, pode constituir uma oportunidade para a implementação dos diferentes indicadores construídos para a avaliação da sua aplicação.

Em resposta às observações apontadas no debate, **Mario Nava** sublinhou a necessidade de investimento social e o longo caminho a percorrer, sem prejuízo do que já tinha sido alcançado no conjunto dos 27.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública  
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

Também no âmbito do período de respostas, a **Senhora Deputada Sónia Ramos (PSD)** realçou as políticas sociais como pilares essenciais do desenvolvimento humano, estando intimamente ligadas à educação, devendo estar no centro da comunidade europeia, fazendo votos sobre uma reflexão conjunta destas temáticas, atendendo à relevância que têm para o povo europeu.

**Hele Everaus** afirmou que todas estas reflexões eram fundamentais para a convergência social, sendo muito importante aprender com as pessoas, com os cidadãos, sejam trabalhadores, jovens ou idosos, sendo aquelas o recurso mais importante dos Estados-membros, referindo outrossim o diálogo entre estes e Estados terceiros.

Por fim, **Bart Vanhercke** falou da aprendizagem positiva advinda da reforma orçamental para o investimento, assim como do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que teria permitido uma agenda muito positiva para a UE.

Finalizado o debate, a Presidência manifestou a sua satisfação face ao consenso obtido relativamente aos temas abordados na reunião, observando a necessidade de segurança e paz para a convergência social.

**- SESSÃO PLENÁRIA: Melhoria da competitividade da UE através do Mercado Único, política de inovação, melhor regulamentação e empregos de qualidade**

**Katarina Barley**, Vice-Presidente do Parlamento Europeu, agradeceu a presença de todos os representantes dos Estados-Membros e observadores, referindo o objeto da presente discussão, nomeadamente a melhoria da competitividade da Europa no atual contexto geopolítico. Defendeu que este objetivo só poderia ser concretizado através de economias resilientes, referindo a relevância da transição digital e ecológica, sem descurar do modo de vida europeu e da diminuição do fosso de inovação relativamente a outros blocos, mencionando os esforços que deveriam ser empreendidos tanto a um nível europeu como no âmbito dos Estados-Membros. **Agnieszka Pomaska** destacou a capacidade de as empresas europeias serem líderes mundiais no âmbito da competitividade, avaliando o seu potencial. Por fim, **Tomasz Grodzki** referiu que a



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública  
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

melhor pessoa para falar sobre competitividade era **Mario Draghi**, defendendo que deveria enveredar-se por uma política que facilitasse os empresários, através de uma competitividade sustentável e liberalização dos mercados.

Seguidamente, tomou a palavra **Mario Draghi**, ex-Primeiro Ministro da República Italiana e ex-Presidente do Banco Central Europeu, que começou por enfatizar que a intervenção dos Deputados era essencial para o reforço da democracia, destacando a necessidade de uma atuação conjunta. Referiu que tinham existido algumas mudanças desde a publicação do seu relatório, mas que tal só acentuava a sua urgência no que tocava a alterações do contexto político, como sucedia na transição digital, mercado das energias (nomeadamente o gás natural), atendendo à sua volatilidade, ameaças crescentes a infraestruturas submarinas e a nova realidade atinente às tarifas impostas pelo mercado norte-americano. Para lidar com tais desafios, considerou que era necessário empreender uma ação única, sendo necessário um nível de coordenação sem precedentes, assim como rapidez, de maneira a fugir à estagnação, devendo apostar-se em setores que promovessem o crescimento económico. Afirmou que, segundo o FMI, as barreiras internas da UE equivaleriam ao peso de tarifas de valor avultado para bens e serviços, analisando os custos desta realidade europeia, mais acrescentando que, em paralelo, dever-se-ia combater a fuga de investimento e de cérebros para os EUA. Apelou à diminuição dos custos das energias, fator essencial para as empresas tecnológicas, ressaltando as razões dos seus elevados preços, de cariz endógeno, passíveis de serem colmatadas com ações da própria UE. Sobre a defesa, afirmou que existia muita fragmentação, o que impediria a criação de economias de escala e fazia com que a UE acabasse por ser menos do que a soma das suas partes. Defendeu o apoio à indústria tradicional, ligada ao metal e químicos, o que fomentaria todas as demais e manteria a margem competitiva do bloco europeu, para além de aumentar a margem orçamental europeia. Adicionalmente, asseverou que a UE era uma economia mais aberta do que os EUA, o que, aliado às barreiras internas, faria com que as empresas deslocassem os seus capitais para fora do bloco, pelo que seria necessário eliminá-las para manter os mesmos e desenvolvê-los no espaço europeu. Por fim, pediu uma abordagem conjunta entre as instituições europeias e os parlamentos nacionais para fazer renascer o espírito de inovação europeu.

Passando ao debate, foi abordada a necessidade de inovação na UE, a forma de como abordar potenciais parceiros na nova situação geopolítica internacional, completar o



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública  
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

mercado interno e de capitais e investir nas competências internas, sem prejuízo de dar margem aos Estados-Membros para gerir, de forma mais próxima dos cidadãos, os desafios suscetíveis de serem concretizados ao seu nível, em respeito ao princípio da subsidiariedade. Foram manifestadas preocupações ligadas com a eventual «deriva legislativa» da UE, simplificando e diminuindo-se a burocracia, incluindo no quadro empresarial, sendo solicitados apoios às pequenas e médias empresas. Foram feitas observações às despesas públicas e impostos, tendo o sector da defesa sido também densificado, fazendo-se referências a um potencial fundo comum para esta matéria.

No período de debate, o **Senhor Deputado Ricardo Araújo (PSD)** considerou que os tempos de incerteza, insegurança, disrupção tecnológica e volatilidade geopolítica, aliados aos elevados custos da energia, barreiras regulatórias e burocracia, afetavam a capacidade liderança e desenvolvimento sustentável da Europa, sendo o relatório apresentado uma orientação essencial para a produtividade e competitividade europeia. O orador referiu prioridades como a descarbonização, o investimento em inovação, a segurança, a defesa e a redução da dependência externa para a manutenção e alavancagem do modelo europeu de economia social, juntamente com uma nova abordagem na indústria europeia, nomeadamente na economia verde, digital e defesa, mas também em sectores tradicionais, como o calçado ou os têxteis. Defendeu que os fundos europeus não deveriam ser utilizados para financiar outros mercados, como o asiático ou o norte-americano, mas sim para apoiar a produtividade europeia, estando as empresas subjacentes sujeitas a um quadro regulamentar muito rigoroso, em contraste com quadros mais simplificados de outros blocos que colidiriam com os valores da UE, apelando a mecanismos niveladores que combatessem a concorrência desleal e apoiassem a eficiência europeia.

Em resposta, **Mario Draghi** considerou a questão da hesitação europeia e a falta de confiança no futuro, salientando as garantias que a UE visou trazer para os seus cidadãos: paz, independência, segurança, soberania, estabilidade, prosperidade, democracia, igualdade e inclusão. Falou nos valores existenciais da UE e das novas exigências do mundo atual, referindo as reformas e simplificação do mercado único e das leis de concorrência, defendendo que os empréstimos bancários não constituíam um bom exemplo de financiamento à inovação, devido ao alto nível de incerteza e



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública  
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

elevado período de gestação, sendo difícil financiar estes projetos com base em dívida, fazendo ainda referência às poupanças dos europeus e ao nível de retorno das mesmas, sendo necessário aumentar a taxa de rentabilidade das mesmas. O orador destacou também a descarbonização como uma prioridade, de maneira a diminuir a dependência externa, passando revista sobre o aspeto social do relatório, defendendo que o modelo de segurança social era compaginável com a abordagem económica e de transição da UE. Por fim, sobre a regulamentação, repartiu a abordagem europeia e interna, sendo necessária a harmonização em ambos os planos.

Na segunda ronda de questões, a **Senhora Deputada Ana Sofia Antunes (PS)** questionou, no âmbito do novo QFP, de que forma é que a UE deveria encontrar fundos para os seus próximos desafios, verificando uma forte tendência para que este próximo instrumento comum de apoio fosse muito centrado na defesa, havendo o risco de se deixar a inovação tecnológica, pelo que defendeu que este mecanismo não deveria descurar da industrialização, indagando de que forma é que o próximo QFP deveria abordar esta questão. Adicionalmente, defendeu que não seria possível avançar na lógica referida de inovação tecnológica se não se pensasse simultaneamente em como será o próximo modelo de Estado Social e políticas de emprego, mais acrescentando que este nunca estaria garantido. Assim, questionou de que maneira se poderia repensar a lógica de readaptar as qualificações das populações para as novas tecnologias.

Na sua alocução de conclusão, **Mario Draghi** discursou sobre o clima e referiu que a descarbonização não era prejudicial para o crescimento, sendo essencial para encontrar preços mais baixos para a energia e para garantir a soberania energética. Afirmou que não defendia uma centralização, mas sim uma abordagem conjunta para a resolução de dilemas e de necessidades europeias, atendendo aos problemas de grande dimensão que existiam e que seriam resolvidos de melhor forma através de uma estratégia europeia. Em finalização, defendeu que as conclusões do relatório seriam mais urgentes agora do que quando este tinha sido publicado, pedindo que a próxima discussão incidisse sobre o que já teria sido feito, afirmando que era o momento de trabalhar em comum, em prol dos valores fundadores da UE.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública  
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

## - SESSÃO PLENÁRIA: Os primeiros planos nacionais no âmbito do Quadro de Governação Económica Revisto – Lições aprendidas

**Katarina Barley** afirmou que a revisão do quadro de governação económica constituiria uma das mudanças mais significativas da gestão orçamental da UE, sendo a sua análise oportuna após nove meses em vigor, já tendo 22 Estados-Membros enviado os seus planos nacionais. Declarou que este quadro teria a flexibilidade necessária para cumprir os objetivos da Europa, nomeadamente a capacidade de investimento na transição ecológica. Já **Tomasz Grodzki** destacou que todos esperavam uma aceleração na tomada de medidas a nível orçamental, com vista ao cumprimento dos objetivos da UE. Por sua vez, **Zofia Czernow**, Vice-Presidente da Comissão das Finanças Públicas do Sejm da República da Polónia, sublinhou que um dos objetivos da presidência polaca era melhorar a legislação sobre a competitividade europeia, nomeadamente no âmbito da simplificação das respetivas regras, diminuindo o ónus dos intervenientes no mercado.

O **Senhor Deputado Alberto Fonseca (PSD)**, orador principal da sessão, começou por louvar o debate sobre o novo quadro de governação económica e de supervisão orçamental, fazendo referência aos desafios da situação de Portugal. Neste sentido, face a um novo Governo após as eleições legislativas, ficou restringida a oportunidade de interação e consulta de entidades externas na preparação do Plano Estrutural Orçamental Nacional de Médio Prazo; todavia, afirmou que fora possível obter parecer formal da instituição orçamental independente (Conselho das Finanças Públicas), tendo sido validado o cenário macroeconómico do Plano, o qual foi discutido no Parlamento português. O Senhor Deputado afirmou que o debate que lhe esteve subjacente fora difícil, devido à alteração de paradigma e mudança de conceitos, não obstante considerar que a interiorização dos mesmos tornaria a discussão mais profícua, mais acrescentando que a Lei de Enquadramento Orçamental seria revista, devendo ficar consagrado que os Planos sejam submetidos ao Parlamento antes de serem remetidos à Comissão Europeia, o que não tinha sido possível com o primeiro Plano. Sobre as lições aprendidas, congratulou a flexibilidade atribuída aos Estados-Membros para o desenvolvimento dos Planos, a simplificação dos procedimentos através da criação de um único indicador operacional (a trajetória



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública  
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

da despesa líquida), e o diálogo técnico com a Comissão Europeia, cuja abordagem fora justa e construtiva, defendendo a flexibilidade e o diálogo sobre a simplificação. No tocante aos aspetos a melhorar, entendeu que as estimativas de crescimento potencial deveriam refletir melhor as circunstâncias económicas reais de cada Estado-Membro, referindo o exemplo de Portugal, com estimativas de crescimento potencial baixas, o que tinha impacto nos limites máximos das despesas líquidas e não refletia a dinâmica e as recentes mudanças estruturais na política nacional. Adicionalmente, referiu a ligação entre as previsões macroeconómicas e as estimativas de crescimento potencial, devendo estas estar ancoradas no cenário macroeconómico nacional, pelo menos nos primeiros anos do plano, para a determinação de metas orçamentais. Por fim, considerou positivo o processo de apresentação do primeiro Plano, nomeadamente no que tocava à análise pelas instituições orçamentais independentes, debate nos parlamentos nacionais, flexibilidade e diálogo técnico, mais salientando a necessidade de reforçar a despesa na defesa, podendo esta ser excecionada do único indicador operacional em vigor, atinente à trajetória da despesa líquida.

**Adam Reuterskiöld**, Deputado do Parlamento Sueco (*Riksdagen*), afirmou que os Estados-Membros deveriam estar unidos, tanto numa perspetiva de mercado como na defesa, acrescentando que a Suécia valorizava o controlo nacional das políticas públicas e finanças públicas, em paralelo com o quadro da UE, destacando a importância na clareza e flexibilidade nas abordagens para fazer frente aos desafios de cada economia, mais declarando que o novo quadro constituía uma garantia para as gerações futuras.

**Massimo Suardi**, Diretor na Comissão Europeia, declarou que o objetivo do novo quadro de governação económica não era diferente do anterior, visando o crescimento económico dos Estados-Membros, garantindo que o mesmo era viável e virado para o médio prazo, sendo também um enquadramento mais realista para os desafios atuais. Referiu que a consolidação orçamental não devia afetar o investimento, excursando sobre a apropriação nacional deste quadro, o que permitiria a sua melhor execução através dos respetivos parlamentos e das instituições orçamentais independentes.

Por fim, **Roel Beetsma**, ex-Membro do Conselho Orçamental Europeu, fez uma avaliação positiva da revisão do Quadro de Governação Económica, estabelecendo



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública  
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

metas mais realistas e adequadas que o antigo Pacto de Estabilidade e Crescimento e louvando o aumento de influência das instituições orçamentais independentes. Considerou que a simplificação, se esta existia, não deveria constituir a prioridade, ao invés das reformas e investimento público, que deveriam ser efetuados de forma central, através de economia de escala.

No último debate da Conferência, foi abordado o tema da soberania energética, permitindo a transição ecológica concretizar este objetivo, em adição às metas climáticas, assim como o orçamento dirigido para a defesa, mencionada por diversas ocasiões como prioritária, incluindo a criação de um fundo dirigido à mesma. A uniformização das normas de estatística como forma de garantir a convergência e a boa governação na Europa também foi referida, bem como a melhor integração das políticas sociais e económicas, apelando-se à abertura do debate sobre a despesa pública a todas as pessoas, sem um elevado grau de tecnicismo, retornando-se ainda à discussão sobre a diminuição da burocracia, incluindo a nível interno.

Finalizando a sessão, o **Senhor Deputado Alberto Fonseca (PSD)** destacou o debate decorrido, com todos os diversos pontos de vista subjacentes, mencionando, porém, as várias perspetivas comuns. Assim, concluiu no sentido de que se a UE estivesse unida, conseguiria ser mais do que a mera soma de todas as partes que a constituíam.

**Adam Reuterskiöld** considerou que seria possível recorrer à cláusula de emergência do défice relativamente à questão da defesa, destacando também que a sustentabilidade da dívida não era apenas referente a um ou outro Estado individualizado, mas sim a toda a UE.

**Massimo Suardi** citou o momento excecional no qual a UE estava a passar, tomando em consideração, nesta senda, a importância do sector da defesa e do investimento que deveria ser empreendido, apelando a uma aplicação plena das normas internas e europeias, em consonância.

Feitas as intervenções de encerramento referidas, a Presidência deu por concluída a sessão, agradecendo a presença de todos os participantes.



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública  
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

Assembleia da República, 20 de março de 2025.

**O Chefe da Delegação,**

*Alberto Fonseca*

**(Deputado Alberto Fonseca)**